

FOUCAULT E A VISIBILIDADE: DO ESPETÁCULO DA SOBERANIA À VIGILÂNCIA PANÓPTICA

FOUCAULT AND VISIBILITY: FROM THE SPECTACLE OF SOVEREIGNTY TO PANOPTIC SURVEILLANCE

George dos Santos¹

Resumo: O presente artigo pretende analisar os regimes de visibilidade em Michel Foucault, tendo como centro da investigação sua obra *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*, de 1975. Nesta obra, Foucault se debruça sobre os processos sócio-históricos que levaram a uma mudança no regime punitivo do Ocidente entre o século XVII e início do século XIX, em que um regime de soberania deu lugar a um regime disciplinar. Pretendemos mostrar que, para além de uma mudança no regime punitivo, tal movimento produziu também uma mudança na economia de visibilidade, marcando uma ruptura entre uma visibilidade espetacular centrada na integralidade e ostensividade do visível e uma nova visibilidade panóptica, cujo centro é o princípio de “ver sem ser visto”. Por fim, faremos uma análise de algumas obras fotográficas do artista norte-americano Trevor Paglen de modo a evidenciar uma contraposição artística ao panóptico contemporâneo a partir de sua inversão funcional dentro do espaço de visibilidade, onde é o próprio dispositivo panóptico que passa a ser visto sem nada ver.

Palavras-Chave: Vigilância. Regimes de Visibilidade. Panóptico. Foucault.

Abstract: This article intends to analyze the regimes of visibility in Michel Foucault, having as the center of investigation his work *Discipline and Punish: Birth of the Prison*, from 1975. In this work, Foucault focuses on the socio-historical processes that led to a change in the regime punitive period of the West between the 17th century and the beginning of the 19th century, in which a regime of sovereignty gave way to a disciplinary regime. We intend to show that, in addition to a change in the punitive regime, this movement also produced a change in the economy of visibility, marking a break between a spectacular visibility centered on the completeness and ostensibility of the visible and a new panoptic visibility, whose center is the principle of “Seeing without being seen”. Finally, we will analyze some photographic works by the American artist Trevor Paglen in order to highlight an artistic opposition to the contemporary panopticon based on its functional inversion within the space of visibility, where it is the panopticon device itself that comes to be seen. without seeing anything

Keywords: Surveillance. Regimes of Visibility. Panopticon. Foucault.

O período que vai do século XVII ao início do século XIX implicou mudanças profundas em pelo menos duas instâncias do poder: primeiramente, e esse é o tema principal das obras de Foucault que tratam desse período, tivemos a mudança nos paradigmas de punição e penalização do crime. Mudou-se de uma economia penal do suplício para uma economia penal do cárcere. No entanto, tivemos também uma outra

¹Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: georgedossantos1@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9949-0414>

mudança. Mais silenciosa, menos conhecida e investigada, deixada subentendida por Foucault, sendo analisada algumas vezes de maneira direta, mas principalmente de forma sub-reptícia. É a mudança nos paradigmas da visibilidade. Assim, saímos de uma visibilidade espetacular no suplício para uma visibilidade vigilante no panóptico. Foucault (2014) dedica algumas páginas de *Vigiar e Punir* somente para essa mudança estrutural. Poderíamos dizer que essa é uma mudança nas práticas visíveis do poder. No entanto, há mais a se dizer sobre esse tema, e é o que nos propomos neste trabalho.

Em nosso primeiro tópico, pretendemos estabelecer o que é o poder disciplinar. Abordaremos sua divisão em quatro fases, como são descritas por Foucault, ou melhor, seu sistema quaternário de produção do indivíduo disciplinar: a arte das distribuições, o controle das atividades, a organização das gêneses e finalmente a composição das forças. Em seguida, faremos uma análise das novas formas de visibilidades implementadas pela disciplina, ou seja, do panóptico, sua relação com o regime punitivo e a economia do poder disciplinar, a vigilância hierárquica, e o exame como forma do saber ligada ao regime de visibilidade disciplinar, bem como sua especificidade frente a visibilidade soberana. Por fim, faremos uma análise da obra fotográfica de Trevor Paglen como forma de demonstrar formas de resistência à vigilância do panóptico.

Assim, pretendemos trazer à tona uma reflexão sobre as formas de visibilidade e suas relações com poder, tanto o disciplinar quanto o soberano, demonstrando que é possível fazer uma análise que privilegie o campo visual sem se reduzir a uma investigação estética ou uma intelectualista da percepção. Pelo contrário, como veremos, a análise foucaultiana preza por levar em conta muito mais os processos históricos e econômicos da formação de um campo de visibilidade, em detrimento de uma concepção racionalista ou fenomenológica desse conceito².

Disciplinar os corpos, reformar as almas

Foucault (2014) começa a terceira parte de *Vigiar e punir*, que trata especificamente do poder disciplinar, com uma análise da figura do soldado. Tal análise

² Aqui penso particularmente na concepção intelectualista ou racionalista de Descartes na *Dióptrica* (1637), e a concepção artística e fenomenológica de Merleau-Ponty em *O olho e o espírito* (1961). O primeiro desconsidera toda a materialidade do visível e coloca no intelecto o papel ativo de criar a visibilidade verdadeira. O segundo, ainda que avance em relação a concepção cartesiana e leve em consideração a materialidade, especialmente a corporal, negligencia as relações de poder fazendo referência somente a um “Outro” genérico que se interpõe entre o vidente e aquilo que ele vê. Sobre essas duas concepções da visibilidade, cf. Pereira (2015).

é importante, pois nos traz à tona de maneira ilustrativa a captura, por parte do poder, do corpo e de suas funções. Esse processo será generalizado em todo o tecido social, ou pelo menos em sua instância principal, a partir do advento da sociedade industrial e de sua necessidade de adequar o corpo à lógica produtiva.

Há, portanto, duas figuras distintas do soldado, cada uma correspondendo a um tipo de poder. Primeiramente, temos a figura do soldado no século XVII: alguém que se reconhece de longe, que leva os sinais naturais de seu vigor e coragem, as marcas também de seu orgulho. Seu corpo é brasão de sua força e de sua valentia. E mesmo que aprendam o ofício das armas lutando, a marcha, a postura da cabeça em relação ao corpo, se originam em uma retórica corporal da honra.

Por outro lado, temos uma nova figura do soldado que surge no regime disciplinar, já na segunda metade do século XVIII: o soldado agora é algo que se fabrica. De uma massa disforme, de um corpo inepto, se forma uma máquina que se precisa. Corrige-se a postura, dobra-se a necessidade requerida. Retira-se o camponês do soldado e forma-se um corpo articulado capaz de reproduzir com o máximo de eficácia as ordens recebidas. Captura-se o corpo numa malha de coações, de coerções, de moldes e formas para fazer dele um corpo excelente, eficaz, controlado. A visibilidade perde então seu papel intrinsecamente ligada a uma retórica dos sinais, dos signos, das manifestações. Ela deve ser agora produtiva, não de símbolos, mas de efeitos: ela deve ser como a forma de um bolo que modela o recheio através de processos graduais.

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que, assim, o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. O que Foucault vai chamar de *anatomia política*. Mas não se deve ver nessa anatomia política uma invenção súbita: é o fruto de uma multiplicidade de processos muitas vezes ínfimos, de origens distintas, de localizações esparsas, que se recordam, se repetem ou se imitam, se apoiam uns nos outros, se distingue de acordo com o que podemos chamar de seu campo de aplicação. Entram em convergência e formam, aos poucos, uma espécie de quadro geral. Podemos encontrar essa multiplicidade desde cedo funcionando nos colégios, nas escolas primárias, mais tarde absorvendo os leitos hospitalares, e em seguida reorganizando todo o espaço militar.

Ora, mas para além dessas noções um tanto vagas do que é a disciplina, como de fato se constitui o poder disciplinar? Foucault vai ponderar que existem quatro processos constitutivos das disciplinas: a arte das distribuições, o controle das atividades, a organização das gêneses e finalmente a composição das forças. Assim, a arte das distribuições é o momento em que a disciplina dispõe espacialmente os corpos a serem

alvos de intervenção, separa, difere, opera um liame entre eles. “Cada indivíduo em seu lugar, e cada lugar com um indivíduo” (FOUCAULT, 2014, p. 140), dirá Foucault. O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quanto o número de corpos ou elementos que se quer disciplinar. A disciplina organiza um espaço analítico.

Mas há também um controle das atividades, uma maneira de ajustar o corpo a imperativos temporais. “Define-se um esquema anátomo-cronológico do comportamento” (FOUCAULT, 2014, p. 149). No bom emprego do corpo, que permite um bom emprego do tempo, nada deve ficar ocioso ou inútil: cada minúcia deve convergir para tornar cada vez mais aperfeiçoado o ato que se busca produzir. É assim que vê se formar também uma preocupação natural e orgânica com o corpo, pois “o corpo, do qual se requer que seja dócil até em suas mínimas operações, opõe e mostra as condições de funcionamento próprias a um organismo” (FOUCAULT, 2014, p. 153). Surge assim uma individualidade não somente celular e analítica, mas natural e orgânica, que complementa e reforça a primeira.

Já por meio da organização das gêneses, há uma serialização do tempo, uma organização gradual que leva de um estágio específico, inicial, a outro que se quer almejar. “Os procedimentos disciplinares revelam um tempo linear cujos momentos se integram uns nos outros, e que se orienta para um ponto terminal e estável. Em suma, um tempo evolutivo” (FOUCAULT, 2014, p. 156). E é esse tempo evolutivo que, por exemplo, assenta as bases de uma pedagogia analítica que “se impõe pouco a pouco” e que especializa o tempo “de formação”, organizando “diversos estágios separados uns dos outros por provas graduadas”³. É essa serialização, esse *continuum* temporal da individualidade que vai ter como centro o exercício, a técnica pela qual se impõe aos corpos tarefas ao mesmo tempo repetitivas e diferentes, mas sempre graduadas.

Por fim, a disciplina é formada também pela composição das forças, que responde a uma exigência precisa que compete à disciplina atender: “construir uma máquina cujo efeito será elevado ao máximo pela articulação combinada das peças elementares de que ela se compõe”. A disciplina passa assim a ser mais do que uma arte de repartir os corpos e acumular o tempo, mas torna-se uma técnica para compor as forças e obter um melhor desempenho. Assim, o corpo se constitui como uma peça de uma máquina multissegmentar, dispostos numa ordem específica para extrair dali o melhor resultado possível. Formar, por meio dos corpos, uma articulação móvel. De modo que o todo da

³ Idem

multiplicidade deixe de ser uma massa inerte e se torne uma grande máquina funcional. Essa é, em resumo, a economia do indivíduo disciplinar: “a disciplina produz, a partir dos corpos que controla, quatro tipos de individualidade, ou antes uma individualidade dotada de quatro características” (FOUCAULT, 2014, p. 164).

O novo regime do olhar: Panóptico e vigilância

Em sua tese de doutorado, Fornacciari (2017) introduz uma perspectiva interessante e profundamente nova sobre a obra de Foucault: a autora busca evidenciar como se constituiu, ao longo dos anos 1960, uma arqueologia do saber pictórico, isto é, uma história arqueológica da pintura com base nos diversos textos esparsos de Foucault (conferências, seminários, ensaios, entrevistas, etc). Tal arqueologia estaria lado a lado com aquela do saber científico que Foucault elaborou tão vivamente em *As Palavras e as Coisas* (2016), e possuiria especificidades e transformações próprias.

Fornacciari (2017, p. 80) afirma que diversos estudos têm se empenhado em vislumbrar uma verdadeira arqueologia da prática pictórica com escansões precisas e temporalidades distintas daquelas do empreendimento arqueológico. Isso foi feito por meio de uma comparação das incursões de Foucault no campo das artes plásticas com as rupturas históricas apontadas nas obras do empreendimento arqueológico. Assim, foi possível indicar os momentos privilegiados do que ela chama de *destituição do dispositivo representacional* como princípio da pintura ocidental, ou de reconhecer na definição não afirmativa da pintura o paradigma da criação pictórica da modernidade.

Ao reconhecer em Manet, por exemplo, o principal elo dessa arqueologia da pintura, essas pesquisas apontam, pois, precisamente para a modernidade como a fuga da arte de seu destino representacional por meio de Magritte, Klee, Kandinsky, Warhol e o enfraquecimento dos elementos mais comuns da pintura: semelhança (como princípio de diferenciação com o signo linguístico) e identidade de similitude e afirmação. Porém, no campo dos estudos críticos em torno da imagem e do visual em Foucault, a tendência a tratar a arqueologia da pintura e a historicidade do visível (como uma dimensão visual do empreendimento arqueológico) no mesmo nível, afirma Fornacciari, é bastante notável. A articulação das duas dimensões é muitas vezes resolvida por uma estrutura de homologia segundo a qual, se a arqueologia do conhecimento é a arqueologia do “falável”, então o da pintura será a *arqueologia do visível*. Uma segunda solução,

proposta por certos estudos, é delegar a questão das questões históricas entre visibilidades e elaboração figurativa a diferentes disciplinas, como a psicologia da arte.

A primeira solução, defende a autora, permanece suspeita por sua construção analógica: falamos de uma "mudança de olhar" ligada a uma ruptura epistêmica do campo pictórico, ou à emergência de uma discursividade crítica, mas permanecemos no nível metafórico. O surgimento de tal prática pictórica ou discursiva nos faria "ver as coisas de maneira diferente" no sentido usual da alma (rompendo com certos hábitos, por efeito de estranheza, etc.). Postulamos, portanto, sem perceber, uma certa relação de tradução; tradução que permanece opaca e imediata. Em relação à segunda solução, delegando à psicologia da arte a tarefa de se questionar ou de descrever o campo de possibilidades ou a forma de operações que caracterizam as relações entre prática pictórica e visibilidades, levaríamos à reintrodução de um diagnóstico psicológico ao nível das condições de possibilidade da análise. No entanto, "é possível traçar um tipo de análise que procure, ao contrário, considerar as disposições culturais de visibilidade.", diz a autora, "e as configurações históricas da apresentação visual, como dimensões historicamente articuladas por diferentes modalidades." (FORNACCIARI, 2017, p. 92, tradução nossa).

Por outro lado, temos Rajchman (1988), que afirma em *Art of Seeing* que:

Foucault foi um historiador extremamente visual. Suas histórias estão repletas de imagens vívidas que ficam gravadas em nossa mente. Visualizar eventos ou representações históricas é, obviamente, uma arte que tem uma história. Os eventos nem sempre foram visualizados da mesma maneira ou sob a mesma descrição. Michelet pode ser um exemplo. O mesmo aconteceria com todo um aspecto da "nova história" com a qual Foucault associa sua obra na introdução à *Arqueologia*, onde se tentaria "transformar documentos em monumentos" - a preocupação dos novos historiadores com os "espaços" em que as pessoas viviam e a reconstrução do *tableaux de mœurs* - o tipo de coisa útil para fazer "filmes de época". Mas as fotos de Foucault são mais do que tais quadros. São quebra-cabeças que exigem análise. Eles fazem parte de um exercício filosófico no qual a visão tem uma parte. (RAJCHMAN, 1988, p. 3, tradução nossa)

Para o autor, Foucault apresenta em sua metodologia um complemento além do discurso: não só investiga como as palavras são ditas, mas como as coisas são vistas. Em *Vigiar e Punir*, exemplifica o autor, é mostrada a imagem da execução dolorosa de Damians, regicídio e, em seguida, um cronograma de atividades observadas. Em *O Nascimento da Clínica* (1977), é mostrada a cura de um histérico de Pomme, no qual o "calor" de seu sistema nervoso "secou". E então é mostrado o exame cuidadoso de Bayle

das lesões no cérebro, aquela "polpa de aparência suja". Em ambos os casos, temos imagens não apenas de como as coisas eram, mas de como as coisas se tornaram visíveis, como as coisas foram dadas para serem vistas, como as coisas foram "mostradas" ao conhecimento ou ao poder - duas maneiras pelas quais as coisas se tornaram visíveis. No caso da prisão, trata-se de duas maneiras pelas quais o crime se tornou visível no corpo, através do "espetáculo" ou da "vigilância". No caso da clínica, trata-se de duas formas de organizar o espaço em que corpos e olhos se encontram. Com Bayle, o olho adquire profundidade e o corpo, volume; ao examinar o cérebro, ele está olhando para as profundezas do corpo individual onde a doença está localizada. Pomme ainda procurava aquele "retrato" geral da doença que permite classificar as febres. Em ambos os casos, Foucault vincula as duas técnicas de tornar as coisas visíveis a uma concepção mais ampla da visibilidade em seu período. Há uma história não apenas do que foi visto, mas do que podia ser visto, do que era "olhável" ou visível. Uma "visualização", um esquema pelo qual as coisas são dadas para serem vistas, pertence à "positividade" do conhecimento e do poder de um tempo e lugar.

As duas citações aqui postas possuem como elo comum uma tese específica: ao lado da análise dos discursos, a qual deu fama a Foucault, há uma análise do visível (visual ou pictórico) que é tão importante quanto a primeira forma de análise, ainda que mais escamoteada e subentendida. O segundo ponto que essas duas citações possuem em comum é evidenciar que, para Foucault, há um rompimento entre duas formas de ver, ou melhor, duas formas de fazer as coisas serem vistas: para Fornacciari, há mudança de um campo visual centrado na representação para um não-representacional. Já para Rajchman, aponta para uma mudança no regime visual da idade clássica para o regime visual da idade moderna. Em suma, podemos afirmar a existência de uma ruptura entre duas camadas, dois estratos do visível que se chocam e se distanciam, ainda que vez ou outra possam confluir.

As bases da estrutura do poder soberano existiam com base em uma disputa evidente entre a plebe e o rei, os súditos e seu soberano. Todo o cerimonial que acompanha as manifestações do poder servia para atualizar, reafirmar, sempre e mais uma vez, o poder soberano. Mas não era somente nesses grandes momentos da vida política que o poder soberano evidenciava sua relação representacional consigo mesmo e com os outros. Sua função punitiva tratava de levar essa *representacionalidade* de um ponto a outro de seu exercício. Desde o inquérito, que buscava representar a verdade por meio de uma investigação autoritária dos fatos, até a confissão, que representava mais uma vez a

culpa do acusado. E por fim, o suplício, como representação final da culpa e do poder, de uma só vez. Pois o poder que acusava era o mesmo que punia. O poder que fazia ver a verdade era o mesmo que fazia ver sua estrondosa força. Não à toa os suplícios necessitavam de toda uma lógica da atrocidade. A atrocidade não era uma selvageria, uma fúria sem lei, mas uma produção calculada. A atrocidade era o efeito de uma tecnopolítica visível da dor: uma tecnologia que produz a dor como forma de controle político e objeto visual.

Mas logo se tornou necessária uma mudança profunda nas práticas do visível até então em funcionamento. Primeiramente, porque ele era arriscado: fazia uma mistura de corpos desnecessária, não separava de maneira satisfatória os criminosos do povo de onde provinha, e igualava ambos numa mistura perigosa e explosiva. Em segundo lugar, ele era por demais ambíguo: ao mesmo tempo que buscava assombrar o súdito, ele buscava seu apoio - pois deveria dar a oportunidade para que o próprio povo fosse a desforra com os criminosos que os assediavam. O papel de vítima e de carrasco por vezes se confundia, seja para o bem ou para o mal. E por fim, ele era por demais dispendioso: sua efetividade não compensa seu gasto, sua grandiosidade não se traduzia em obediência cega, seu alto grau de ostensividade não encontrava justificativa em seus resultados práticos. A ascensão da burguesia, como Foucault (2015) aponta em *A sociedade punitiva*, só foi possível ao estabelecer um novo regime de poder diferente do poder soberano.

Primeiramente, o novo regime de visibilidade não surge do ar: ele retira do acampamento militar suas principais funções, e das técnicas em ascensão da óptica o seu maquinário efetivo. É a conjunção, em sentido alto, do poder militar e do saber da óptica, a conjunção desses dois elementos. Fora de toda representação, se buscava agora uma maneira de *agir* por meio do campo visual. Uma forma de “tocar” o corpo daqueles que estivessem imersos em tal campo. Pouco importava o que eles vissem (na verdade, era bom que nada vissem), mas o que faziam a partir do momento em que eram eles mesmo vistos. A palavra aqui agora não é mais marcar, mas influenciar. Agir a distância, ou melhor, agir pela distância. De maneira rápida, eficiente e menos dispendiosa possível.

Por tanto, temos aqui um outro ponto característico da disciplina, e que para nós é um dos fundamentais: o surgimento da vigilância hierárquica, da sanção normalizadora e do exame como união dos dois anteriores.

A vigilância hierárquica consiste num atravessamento do sujeito pelo olhar que o torna visível. Como diz Foucault, “um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente

visíveis aqueles sobre quem se aplicam” (Foucault, 2014, p. 168). É esse princípio de uma vigilância hierarquizada, que no fim das contas, nada mais é do que uma forma de codificar o visível a partir de dentro, que dará as bases para se pensar o panóptico. Mas por enquanto, o que aparece ainda é o acampamento militar: “diagrama de poder que age pelo efeito de uma visibilidade geral” (FOUCAULT, 2014, p. 169). Como um diagrama, ele não se reduz somente a seus elementos materiais específicos, ele é o que relaciona esses materiais com vistas a uma certa exigência do poder. Ele funciona como um tipo de observatório da multiplicidade humana, que inaugura toda uma multiplicidade das pequenas técnicas de visibilidade. Como diz Foucault:

Ao lado da grande tecnologia dos óculos, das lentes, dos feixes luminosos unida a fundação da física e da cosmologia novas, houve as pequenas técnicas de vigilâncias múltiplas e entrecruzadas, dos olhares que devem ver sem ser vistos; uma arte obscura da luz e do visível preparou na surdina um saber novo sobre o homem, através de técnicas para sujeitá-lo e processos para utilizá-lo. (FOUCAULT, 2014, p. 185).

Podemos ver nessa citação que a relação da vigilância com o que é vigiado, do que faz ver com o que é visto, não necessariamente envolve uma centralidade monocrática, mas se dá por múltiplas direções. Assim, para Foucault, o acampamento militar não interessa na medida em que sustenta a hierarquia militar, etc., mas quando, atravessado por relações de poder múltiplas, desfaz os arranjos ingênuos do visível e põe em funcionamento uma máquina para ver. “O acampamento foi para a ciência pouco confessável das vigilâncias o que a câmera escura foi para a grande ciência da ótica” (FOUCAULT, 2014, p. 187).

A vigilância hierárquica, contínua e funcional, escapa ao mérito das grandes invenções da ciência moderna, mas encontra na disciplina o substrato de sua insidiosa extensão. O poder disciplinar, graças a ela, torna-se um sistema integrado, ligado do interior à economia e aos fins do dispositivo onde é exercido. Organiza-se assim como um poder múltiplo, automático e anônimo, pois se é verdade que tal vigilância repousaria sobre os indivíduos,

seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa rede sustenta o conjunto e o perpassa de efeitos de poder que se apoiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados. O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina

[...], a disciplina faz funcionar um poder relacional que se autossustenta por seus próprios mecanismos e substitui o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados. (FOUCAULT, 2014, p. 186).

Mas a disciplina também possui outro lado nos seus efeitos de domesticação: ela opera uma infrapenalidade específica que corresponde a uma observância desses ínfimos detalhes que escapam às grandes instituições penais. Dentro da disciplina, existe sempre um pequeno tribunal, com seus delitos e seus castigos próprios:

Na oficina, na escola, no exército, funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes ‘incorretas’, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). (FOUCAULT, 2014, p. 175)

Mas é preciso ter em mente que a arte de punir, na disciplina, não pretende nem expiar os pecados, nem reprimir os impulsos, mas pôr em funcionamento uma máquina que compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza e exclui: isto é, ela normaliza. Põem jogo uma relação diferente da relação soberana do permitido-proibido, mas do normal e o desviante, do que atende as exigências do modelo perfeito e o que dele se afasta. A sanção normalizadora é esse mecanismo que desloca a função punitiva de uma essencialidade de se referenciar a um corpo de leis e de textos que se situava num aparelho jurídico de punição, para uma análise dos fenômenos concretos observáveis no cotidiano.

Tanto a sanção normalizadora quanto a vigilância hierárquica se combinam no Exame. “É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir” (FOUCAULT, 2014, p. 171), dirá Foucault. O exame é esse mecanismo que une num só golpe a formação do saber e o exercício do poder, de modo que por ele se manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam. Tal mecanismo possui seus códigos e todo um jogo de sinais, mas que são igualmente submetidos a regras e normas específicas, fazendo com que a multiplicidade examinada entre um processo de individualização ao mesmo tempo que de equiparação. Não à toa, é o exame quem vai permitir, entre outras coisas, o surgimento de diversos saberes, desde a pedagogia moderna à psiquiatria, por exemplo.

O exame se constitui fundamentalmente de três elementos básicos, que grosso modo poderíamos determinar assim: inversão funcional do poder, documentação do

indivíduo e transformação do indivíduo em “caso”. Primeiramente, o exame desfaz a relação tradicional entre os súditos e o soberano: na medida em que não se trata mais de fazer ver a potência do rei, a majestade do príncipe, a grandiosidade do nobre, o exame vai colocar em referência a especificidade dos súditos, seus corpos, seus atos, suas menores atitudes. “Na disciplina, são os súditos que têm que ser vistos. Sua iluminação assegura a garra do poder que se exerce sobre eles” (FOUCAULT, 2014, p. 184). E o exame é essa técnica pela qual o poder capta os súditos num mecanismo de objetivação.

Em segundo lugar, o exame situa os indivíduos numa rede de anotações escritas, transforma-os em documentos possíveis de serem recuperados e analisados de novo e de novo. É a transformação do indivíduo em objeto descritível, analisável, “não, contudo para reduzi-lo a traços ‘específicos’, como fazem os naturalistas”, mas para “mantê-los em seus traços singulares”. E igualmente poder compará-los entre si, e estimar os desvios dentro de um grupo analisado.

Em terceiro lugar, o exame individualiza os corpos, transformando cada indivíduo em um caso, que se torna ao mesmo tempo um objeto de conhecimento e alvo da intervenção do poder. O caso não é mais, como na casuística ou na jurisprudência, um conjunto de circunstâncias que qualificam um ato e podem modificar a aplicação de uma regra, ele é o indivíduo tal como pode ser descrito, mensurado, medido, comparado a outros, e é também o indivíduo que tem que ser sempre treinado e retreinado, sempre normalizado, modelizado.

Em suma, por meio do exame, entendido como técnica disciplinar, correlacionando a sanção e a vigilância, constitui o indivíduo como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber. Nas palavras de Foucault:

É ele que, combinando a vigilância hierárquica e a sanção normalizadora, realiza as grandes funções disciplinares de repartição e classificação, de extração máxima das forças e do tempo, de acumulação genética contínua, de composição ótima das aptidões. Por tanto, de fabricação da individualidade celular, orgânica, genética e combinatória. Com ele se ritualizam aquelas disciplinas que se pode caracterizar com uma palavra dizendo que são uma modalidade de poder para o qual a diferença individual é pertinente. (FOUCAULT, 2014, p. 188).

Esses processos marcam o momento em que o interesse pela individualidade é posto numa outra perspectiva: se nas sociedades anteriores, onde o feudalismo aparece como o exemplo mais comum, a individualidade era uma dimensão do soberano, desses

corpos privilegiados pelo sangue nobre, codificados em rituais de ostentação e soberba, para o qual os olhos se voltavam com extrema curiosidade e temor, em suma, uma individualidade ascendente, para a disciplina, para as sociedades disciplinares, o eixo é invertido numa individualidade descendentes: à medida que o poder se torna mais anônimo e mais funcional, aqueles sobre os quais se exerce tendem a ser mais fortemente individualizadas. Se pensarmos, por exemplo, na transformação dos grandes dramas épicos, nas histórias trágicas de reis narradas pelos poetas, para o romance burguês das pequenas coisas, dos problemas familiares, teremos uma visão mais clara do assunto. Como diz Foucault:

E se da Idade Média mais remota até hoje a ‘aventura’ é o relato da individualidade, a passagem da época ao romanesco, do feito importante à singularidade secreta, dos longos exílios à procura interior da infância, das justas aos fantasmas, se insere também na formação de uma sociedade disciplinar. (FOUCAULT, 2014, p. 190).

Pegando como exemplo uma oficina: no início do século XVII, o máximo de vigilância que existia era o mestre que observava seu pupilo, numa relação orgânica de visibilidade. E se tratava muito mais de cuidar para que o aprendiz não errasse o produto, que não produzisse algo que não fosse digno da fama de seu mestre, do que propriamente vigiar o comportamento dele. Tudo muda com o advento da sociedade industrial: estabelece-se uma relação mecânica de visibilidade, existem agora supervisores designados especialmente para vigiar o comportamento de cada operário, não somente em relação ao produto manufaturado, mas as ferramentas, ao maquinário, a matéria-prima e mesmo aos seus colegas. A lógica do poder muda, e com ela todo o sistema que rege o visível num espaço de sua aplicação.

Outro exemplo bem interessante, posto pelo próprio Foucault, é do trato das doenças: de um lado a peste e do outro a lepra. Nas palavras de Foucault:

O grande exílio de um lado; o bom treinamento por outro. A lepra e sua divisão; a peste e seus recortes. Uma é marcada; a outra, analisada e repartida. O exílio do leproso e a prisão da peste não trazem consigo o mesmo sonho político. Um é o de uma comunidade pura. O outro, a de uma sociedade disciplinar. [...] A cidade pestilenta atravessada inteira pela hierarquia, pela vigilância, pelo olhar, pela documentação, a cidade imobilizada no funcionamento de um poder extensivo que age de maneira diversa sobre todos os corpos individuais. (FOUCAULT, 2014, p. 193)

Temos aí dois modos de fazer o objeto do qual o poder quer se apoderar: a lepra, por meio da marcação, da separação entre impuros e puros, o grande exílio, fazer representar por meio dos signos aqueles que devem estar na sociedade e aqueles que devem ser abandonados à própria sorte; e do outro lado a peste, com seu quadriculamento geral, sua demarcação individualizante do objeto, para assim vigiar cada movimento, cada ação, por menor que seja, perfeitamente visível por todos os lados. Poderíamos dizer que é somente uma disciplina que a vigilância surge propriamente dita: ver o leproso consistia antes de mais nada em expulsá-lo, retirá-lo, separá-lo. Já ver o pestilento consistia em controlá-lo, suplantá-lo, diminuir suas forças de contaminação por meio de uma organização restrita de seu espaço e de seu tempo.

Mas esses dois sistemas visuais, por mais contradizentes que fossem entre si, também poderiam convergir. E é justamente o panóptico, idealizado por Jeremy Bentham, que é a figura arquitetural dessa composição. Nele a exclusão do leproso e o controle do pestilento se unem em uma só instituição, e um só espaço de poder. Eis a já tão conhecida descrição do Panóptico, dada por Foucault:

Na periferia há uma construção em anel. No centro, uma torre. Esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel. A construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra que dá para o exterior, permitindo que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um estudante. (FOUCAULT, 2014, p. 194).

Assim, pelo efeito de contraluz, pode-se perceber da torre, aparecendo exatamente na claridade, as pequenas silhuetas dos cativos, cada um em sua cela. Como num teatro, com diminutos palcos individualizados, cada ator desempenha sozinho seu papel. Sozinho e constantemente visível. O dispositivo panóptico, em suma, produz unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer sem ser visto. É assim, afinal, que a *visibilidade se torna uma armadilha*.

Foucault vai chamar o Panóptico de Jeremy Bentham de ovo de colombo (FOUCAULT, 2014, p. 190) na ordem da política. O que marca sua importância não só para as prisões, mas para todo o regime de poder na sociedade. “Ele é capaz com efeito de vir e se integrar a uma função qualquer (de educação, de terapêutica, de produção, de castigo)” (FOUCAULT, 2014, p. 193). Uma máquina maravilhosa, mas de que modo nem

um se confunde somente como uma teoria, mas emerge e toma forma em uma prática real.

Podemos notar a perversidade de uma tal máquina política: se utilizar do mesmo local, ou da ideia de um mesmo local que seja, para colocar sob observação loucos, condenados e estudantes, bem como operários e doentes. Em troca de uma indistinção real, opera-se uma subsunção formal dos corpos. Mas tal perversidade nada tem de violenta, muito menos de “maldade” no sentido moral da coisa. Pelo contrário, trata-se de buscar a melhor eficiência e evitar o contágio, a troca, a mistura entre os que são bons e os que são maus. “A disposição das celas, em frente à torre central, impõe uma visibilidade axial; mas as divisões do anel, essas celas bem separadas, implicam uma invisibilidade lateral” (FOUCAULT, 2014, p. 193).

Essa geometria da luz impõe uma relação específica entre os sujeitos que vigiam e os que são vigiados. O panóptico permite evitar as massas compactas que preenchem as prisões e masmorras anteriormente. Permite também, por um efeito de presença constante, induzir uma subjugação real por meio de uma relação fictícia. Na medida em que é importante, para o panóptico funcionar, que o inspetor nunca seja visto, que o eixo de invisibilidade seja total na direção que vai do vigiado ao vigia. “De modo que não é necessário recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento, o louco à calma, o operário ao trabalho, o escolar à aplicação, o doente à observância das receitas” (FOUCAULT, 2014, p. 194).

Nova economia do visível, por tanto. Na economia soberana, tínhamos uma visibilidade que buscava por meio de uma analogia entre o castigo que se fazia ver e o crime que ocorreu, manifestar a potência do poder régio. Potência unilateral do poder que se efetuava por uma ritualística material do visível. Foucault afirma três novidades inerentes ao panóptico disciplinar:

Primeiro, ele inverte a função da soberania: se antes era uma questão de neutralizar os perigos, agora trata-se de fazer majorar as forças, não mais uma função negativa, mas uma função positiva de criar utilidade. Segundo, por meio do panóptico e o seu caráter abstrato (mas não somente teórico), ele tende a ramificar as disciplinas por todo o corpo social, a evitar os períodos de exceção, de situações extremas, mas se prolongar pela calma do cotidiano. Por fim, ele estatiza, isto é, traz para dentro do aparelho estatal (mas não se reduzindo evidentemente a ele) as funções de disciplinarização: a formação da polícia, por exemplo.

“Pode-se então falar”, diz Foucault, “da formação de uma sociedade disciplinar nesse movimento que vai das disciplinas fechadas, espécie de ‘quarentena’ social, até o mecanismo indefinidamente generalizável do panoptismo” (FOUCAULT, 2014, p. 195). E aqui chegamos em um ponto de suma importância. A sociedade disciplinar não se inaugura e se faz funcionar somente utilizando o panóptico como prédio ou construção arquitetural por excelência da disciplinarização. O acampamento militar ou simplesmente uma cidade suficientemente quadriculada, já poderiam realizar a disciplina ao nível material. O que torna possível uma sociedade disciplinar é a generalização do panóptico, sua constituição em panoptismo, em uma máquina abstrata que organiza a materialidade dos corpos segundo os princípios da automatização e visibilidade totalizante.

Foucault busca se afastar então da concepção benthaminiana, e postular sua própria visão do panóptico, entendido agora como panoptismo. Para Foucault, muito mais do que uma instituição corretiva, o panóptico deve ser visto como diagrama, como princípio de organização do poder. E como tal, ele não estaria ligado exclusivamente as prisões, mas poderia se expandir por diferentes regiões da sociedade, em diferentes instâncias e em diferentes direções. Como diz Foucault: “Ela assegura uma distribuição infinitesimal das relações de poder” (FOUCAULT, 2014, p. 199).

O panóptico que Foucault evidencia em sua crítica, isto é, o *panoptismo*, difere profundamente da concepção de Bentham enquanto simples modelo de prisão. No entanto, guarda dele o essencial. A crítica foucaultiana ao panóptico vai muito além da clausura da instituição, idealizada por Bentham, e propõe atingir o panoptismo lá mesmo onde os corpos se relacionam entre si: “Não estamos mais nem nas arquibancadas nem no palco, mas na máquina panóptica, investidos por seus efeitos de poder que nós mesmos renovamos, pois somos suas engrenagens” (FOUCAULT, 2014, p. 200).

No entanto, como diz Foucault, não há poder sem resistência. E mesmo o poder disciplinar, com seu controle exacerbado, pode deixar pontas soltas, pontos cegos, possibilidades de fuga. E esse será o tema do nosso último tópico: analisaremos a obra do fotógrafo Trevor Paglen, artista estadunidense, que se especializou em fotografar os sistemas de vigilância e controle da máquina militar norte-americana (desde bases militares ultra secretas até os satélites orbitais de vigilância), e mostraremos como, por meio de sua arte, ele oferece uma inversão do panóptico de maneira que arrisca todo o jogo da visibilidade disciplinar: fotografando o não-visível, aquilo que deveria estar na outra extremidade do eixo da visibilidade, oculto, fora do alcance daqueles que são vigiados.

O anti-panóptico: a contra-vigilância nas fotografias de Trevor Paglen

Começamos com uma figuração mental do céu noturno na maioria das cidades modernas: pequenos objetos ocultos cruzam o firmamento, traçando uma rota antinatural. Em meio a desolação escura do universo lá fora, satélites de todos os tipos e funções compartilham o espaço com os corpos celestes que ali jazem há bilhões de anos. Pontos pálidos na imensidão cósmica, riscos brancos no firmamento. Como minúsculos pontilhados, estes corpos anti-naturais, feitos pelas mãos do homem, são inúteis para aqueles que os olham: não embelezam a paisagem, não oferecem diversão, não fazem nada além de apontar sua própria existência. Para aqueles que os olham, os satélites poderiam muito bem ser invisíveis, o limite mesmo da visão. Ainda que as estrelas também sejam inúteis, ao menos despertam em nós a curiosidade ancestral pelo desconhecido. Ao contrário, os satélites nada trazem de novo, são objetos humanos, de metal, fibra, eletricidade. Mas é do lado de dentro, dessa dobra visual que é o satélite, que a mágica acontece. É para quem *através dele* olha que o verdadeiro mistério se torna claro. Os satélites militares de reconhecimento, ou de espionagem para não usar eufemismos, funcionam como partículas de luz sobre a superfície da terra, iluminando pontos determinados e traçando campos de visibilidade irrestrita, de onde nem uma informação pode escapar, ou ao menos não deveria. Pois é próprio dos satélites, tais como de outras máquinas, a excelência funcional: eles devem realizar aquilo que o simples *organon* humano não conseguiria, devem elevar os órgãos humanos ao estado de perfeição total.

Essa dobra visual recolhe em si uma utopia do poder, na verdade, uma heterotopia: esse sonho de uma visão como distância absoluta, como longínquo, esse ângulo estranho de onde é possível ver qualquer coisa sem ser visto. Mas como efeito colateral, no entanto, também não se vê, propriamente falando, coisa alguma. Pois o olho que olha aquilo que o satélite revela, não é o próprio olho do satélite que está em comunhão direta com a coisa vista. O satélite, corpo estranho que circunda o globo transformando o que pode em visibilidade, é um olho cego, mas que *faz ver* para os outros.

Nessa relação entre o olho que vê e a coisa vista, existe todo um jogo do poder, todo um investimento social da imagem, um uso operacional da visão. A produção dessas imagens máqunicas, feitas pelo satélite, mas também por outros instrumentos, revela uma proliferação generalizada em nossa sociedade de um abandono, de um recolhimento de nossa própria visão em direção ao olho automatizado das máquinas. Pois quem olha não

é nunca quem realmente olha. Afinal, quem de fato está olhando, a câmera que filma ou o homem que a conduz? E quando nem mesmo há este homem, deixado de lado como o resto de uma relação que vai de máquina para máquina num circuito fechado?

Fernanda Bruno, em seu livro *Modos de ver, modos de ser* (2013), chama a essa situação de “Vigilância distribuída”, uma vigilância que se “espraia por muitos e diversos agentes, tecnologias, contextos, práticas”, de modo que não se constitui como “uma atividade ou processo unificado que possa ser plenamente atribuído a intenções ou prescrições de um centro de ordenação ou controle” (BRUNO, 2013, p. 26). A autora cunha esse termo de forma a se contrapor “a caracterização da ampliação das práticas e dispositivos de vigilância como uma hipertrofia do panóptico (Jeremy Bentham, 1787), ou do Big Brother (Orwell, 1948/49), dois modelos recorrentes na caracterização das sociedades de vigilância” (BRUNO, 2013, p. 24). Na visão dela, a suposição de que se trata simplesmente de uma intensificação do panóptico implica perder de vista algo essencial, isto é, que as mudanças mais importantes se passam não tanto na intensidade da vigilância, mas no seu modo de funcionamento, que se encontraria em muitos aspectos bastante distanciado do modelo panóptico. Não entraremos aqui neste debate, na medida em que extrapolaria o propósito deste artigo, que é abordar os regimes de visibilidade e vigilância em Foucault. De todo modo, o que é importante nesta seção, que analisa o projeto artístico de Trevor Paglen como uma contra-vigilância anti-panóptica, é saber que o regime de visibilidade contemporâneo difere em diversos aspectos do panóptico clássico, mas conserva dele seu princípio fundamental de operação, seu “núcleo duro”: *o ver sem ser visto*. Por mais que se tenha em mente uma outra forma de organização dos dispositivos que produzem visibilidades e objetos visíveis, esse princípio da “visibilidade invisível”, ainda é um “ideal regulador”, digamos assim, das práticas de vigilância.

Entre tanto, é preciso reconhecer que, para além deste princípio regulador, o vasto campo da visibilidade no contemporâneo, particularmente após a disseminação da internet, se tornou algo *sui generis*. Concordamos com Bruno quando esta afirma que

não se trata de uma simples expansão de modelos historicamente conhecidos, mas de uma outra configuração das práticas e dispositivos em que a vigilância se torna um processo distribuído entre múltiplos agentes, técnicas, funções, contextos, propósitos, afetos etc. (BRUNO, 2013, p. 38).

E isso por dois motivos: primeiro, falar em expansão do panóptico, ou em figuras como “hiperpanóptico”, “superpanóptico” ou o que for, não é dizer muita coisa. Faz parte

da própria ideia de panóptico que ele seja expansivo, que preenche todo o espaço ao qual é designado o seu funcionamento. Que o espaço designado e a forma de designação mudem, se tornem mais difusos ou fragmentários, é algo que o próprio princípio panóptico do “ver sem ser visto” já pressupõe, ao menos potencialmente. Em segundo lugar, se guiar somente por este princípio regulador e esquecer a sua efetivação prática, é cair na armadilha do idealismo. É pôr de lado a materialidade histórica, sempre contraditória, que constitui a realidade. Se a ideia de uma vigilância, isto é, de uma prática do visível orientada para “observação, conhecimento e intervenção”, como afirma Bruno (2013, p. 19), sempre pressupõe esta *visibilidade invisível*, como afirmamos aqui, por outro lado cada época, de acordo com as relações sociais ali presentes, deve sempre e renovadamente reconstituir o que uma visibilidade tem de ser para que possa igualmente ser também uma invisibilidade. Na modernidade disciplinar, bastava que o inspetor ou o vigia desaparecesse por trás das cortinas da torre central. Nas sociedades contemporâneas, isso só não basta. Para além desta dissipação “analógica” do sujeito por trás de uma cortina, é precisa que ocorra uma impossibilidade real, e não apenas potencial, de se definir quem está vigiando. No panóptico clássico, bastariam as cortinas serem abertas para que a interioridade da torre fosse desvelada. Na vigilância contemporânea, não há essa possibilidade. Há uma dissipação “digital” do vigia, na qual os vigiados já não conseguem definir onde afinal ele está. Assim, o sujeito panóptico clássico, ainda que potencialmente anônimo, não conseguia eliminar em absoluto sua própria visibilidade. O “ver sem ser visto” se tornava somente uma pressuposição, pois materialmente a tecnologia da época não permitia uma efetiva dissolução do sujeito da vigilância na invisibilidade que era requerida.

Ao contrário, como Bruno deixa bem claro, o sujeito que vigia no contemporâneo é um sujeito distribuído, constituído efetivamente, materialmente, como um sujeito fragmentário. De modo que falar de um “sujeito” acaba por se tornar supérfluo. Daí a referência que a autora faz à teoria da “cognição distribuída” (BRUNO, 2013), isto é,

um modelo de cognição que não conta nem com uma instância central de comando (cérebro, consciência), nem com uma sede individual e interior, contrariando a visão corrente de que a cognição, a inteligência ou o pensamento seriam atributo de um indivíduo ou um Eu que coincidiria com uma interioridade.

A “distributividade” da vigilância atual é a concretização material, sensível, daquilo que estava apenas pressuposto no panoptismo antigo: a dissolução do sujeito do

poder. A nosso ver, se trata de um movimento de *aufheben* perverso em que o panóptico antigo é superado e conservado, “suprassumido”, em prol de uma maquinária ainda mais complexa de dominação. É por encontrar a possibilidade real, concreta, de sua efetivação (por meio do gigantesco complexo industrial-militar-tecnológico existente) que o panoptismo pode se transformar em algo que nega a si próprio, se superando, ao realizar o que antes era meramente idealizado.

Num texto intitulado *Invisible Images (Your Pictures Are Looking at You)*, o fotógrafo e artista multimídia norte-americano Trevor Paglen assim descreve a situação da visibilidade em nossa sociedade: “Mas na última década, algo dramático aconteceu. A cultura visual mudou de forma. Tornou-se desapegada dos olhos humanos e tornou-se praticamente invisível.” (PAGLEN, 2016) E completa:

A cultura visual humana tornou-se um caso especial da visão, uma exceção à regra. A esmagadora maioria das imagens é agora feita por máquinas para outras máquinas, com humanos raramente incluídos no circuito. O advento da visão máquina-máquina quase não foi notado em geral, e mal compreendido por aqueles de nós que começaram a notar a mudança tectônica acontecendo de forma invisível diante de nossos olhos. (PAGLEN, 2016, tradução nossa).

Essa “mudança tectônica”, que ocorre, como Paglen afirma, a partir do início do século XXI, tendo o 11 de setembro como evento demarcador⁴, se assemelha ao que, em *Pequena História da Fotografia*, Walter Benjamin anunciava como o surgimento do inconsciente óptico que a fotografia trazia à tona: uma mudança radical no *noema* da própria imagem (BENJAMIN, 2017). Pois aquilo que a imagem fotográfica revelava era um *outro* do objeto, um objeto completamente outro, inacessível até então (“a natureza que fala à câmera, é diferente da que fala aos olhos” (BENJAMIN, 2017, p. 45). Por sua vez, o que Paglen anuncia é um novo outro, dessa vez do próprio sujeito, uma remodelação radical de quem olha - a máquina contra o homem. As imagens invisíveis são, assim, o complemento historicamente situado e ontologicamente inevitável do inconsciente óptico benjaminiano.

Mas o que nos interessa, nesse momento, é a relação entre essas imagens invisíveis reveladas por Paglen e a rede de poder que as cerca: de que modo elas são usadas e aproveitadas pelo jogo dos poderes que nos sujeitam hoje? “O fato de as imagens digitais

⁴ Sobre o 11 de setembro como marco desse *turn point* para a vigilância, remeto novamente a Bruno (2013) especialmente a seção “Tríplice regime de legitimação: segurança, visibilidade, eficácia” do Capítulo 1.

serem fundamentalmente legíveis por máquinas independentemente de um sujeito humano”, diz Paglen, “tem enormes implicações. Permite a automação da visão em grande escala e, com ela, o exercício do poder em escalas cada vez maiores e menores do que jamais foi possível” (PAGLEN, 2016, tradução nossa). Se era próprio do panóptico a automatização do ver, seu exercício contínuo e descaracterizado e sua generalização, as imagens invisíveis, e seus aparelhos de suporte, intensificam essa função num nível completamente diferente e muito mais profundo.

O mundo invisível das imagens não é simplesmente uma classificação alternativa da visualidade, ele é muito mais “um exercício de poder ativo, astucioso, ideal para a polícia molecular e para as operações de mercado - destinado a inserir seus tentáculos em fatias cada vez menores da vida cotidiana” (PAGLEN, 2016, tradução nossa). O panóptico se encontra aqui não somente aprofundado, mais radicalmente automatizado, pois nem mesmo o quadro pintado por Foucault concebe uma dissociação tão absoluta entre os pares da relação visual: nesse panóptico “tecnificado”, a invisibilidade é quase absoluta e não somente pressuposta.

Em *Other Night Sky*⁵, os satélites de vigilância militares do governo norte-americano aparecem envoltos numa aparência de naturalidade, na medida em que estão camuflados por outros corpos supralunares. Numa das fotografias, vemos um aparelho jazendo serenamente ao lado da lua, como se ali estivesse desde o início dos tempos. Mas reside nessa imagem um recorte fundamental, uma fronteira ontológica entre estes dois entes: a lua, objeto natural, corpo de pura aparência, isto é, cheio de visibilidade exteriorizada. Do outro lado, menor e mais tímido, um objeto escurecido, cinza, fechado em sua visibilidade, ele nada deve mostrar para quem o vê. Ele deve mostrar para quem olha através dele. Ali, coexistindo numa doce calma, percebemos dois regimes de visibilidade distintos: o primeiro deve afetar o olho de modo a trazê-lo, como vítima irremediável, sem que nada possa acrescentar a aparência do objeto visto (um pouco como o suplício e sua arte de infligir dor ao olhar). O segundo deve transfigurar o olhar, mas obviamente não qualquer olhar, numa duplicidade, num ente “visível-invisível”: a visibilidade é tragada e lançada numa via de mão única na direção de quem está por trás do satélite, ou de certa forma “dentro” dele, e completamente obscurecida para quem está à sua frente - de um lado, o olho é fechado, do outro completamente aberto. Tal como no panóptico disciplinar e sua vigilância hierarquizada.

⁵ Todas as séries fotográficas aqui citadas estão disponíveis no site do artista: <http://www.paglen.com/>

O que Paglen faz é justamente inverter esse processo: lançar luz sobre o que é oculto, transfigurar em visível o que deveria ser pura escuridão. A câmera de Paglen desmonta o aparelho panóptico, desfazendo o princípio mais básico da vigilância disciplinar: a invisibilidade absoluta. Ao trazer os satélites de vigilância para a superfície da fotografia, Paglen estilhaça os campos de forças, as relações de poderes previamente estabelecidos. Reduz o ímpeto dantescamente voyeurista em vítima de seu próprio veneno: pois que o prazer de olhar, agora, é daqueles que deveriam ser vistos, vigiados. Transformando os satélites em belíssimas imagens artísticas, o fotógrafo permite aqueles que foram sujeitados experimentarem não somente o que o olhar sujeitador experimenta, mas sim, um campo onde não há sujeição. Pois nem nós, nem os satélites, se encontram numa posição de poder, mas agora, na mais simples fruição estética, que subverte os polos da visibilidade.

Numa outra série de fotografias, *A Study of Invisible Images*, Paglen invade o íntimo das máquinas que olham, isto é, dos entes técnicos, como softwares e algoritmos, para destrinchar sua essência funcional, e brincar com seu jogo mecanizado. Nos tornando acessível não somente uma inversão do panóptico, mas agora nos dando acesso ao que efetivamente o panóptico vê: informação, que nos dias de hoje se constitui primordialmente de dados, metadados, pixels e números. Numa das imagens, que para nós é emblemática, o fotógrafo realiza vários registros da artista Hito Steyerl e os submete a análise de um programa de computador que por meio de algoritmos lê o rosto da artista, elencando informações acerca dela. Mas tais informações não se resumem somente a pura formalidade, elas tendem a atingir, ou busca atingir, a profundidade do objeto visto: capturar, na rede panóptica informacional, não somente o corpo em sua produtividade, mas a vida em seus interstícios. Uma espécie de passagem de um panóptico disciplinar a um panóptico biopolítico⁶. Ver a vida, e assim controlá-la. No entanto, a obra de Paglen mostra a limitação desses programas: alguns chegam a distorcer o rosto do alvo quando confrontados com informações não esperadas (clima, iluminação, etc) ou não reconhecem de forma satisfatória (apontar como homem uma mulher somente porque seus traços são predominantemente masculinos). Paglen, opera uma quebra dos dispositivos,

⁶ Essa questão da passagem a uma vigilância biopolítica remeteria novamente a problemática sobre a ruptura ou continuidade do panóptico como matriz de inteligibilidade para a vigilância contemporânea. E, novamente, não iremos abordar esta questão aqui, dado que ela mereceria um artigo a parte. Basta aqui notar que Paglen flerta com uma crítica a essas outras formas de vigilância centradas nos aspectos propriamente biológicos dos vigiados, mas sempre tendo como eixo central, ao menos segundo a perspectiva que aqui exploramos, a inversão do princípio do “ver sem ser visto”. Para um debate mais aprofundado sobre as rupturas e continuidades na vigilância contemporânea, cf. Bruno, 2013.

demonstrando sua quase “imbecilidade”, tornando visível aquilo que deveria permanecer inacessível, desfigurando a potência desses dispositivos e revelando seus limites.

Ao relacionar as fotografias de Trevor Paglen com o conceito de Panóptico de Michel Foucault, percebemos o quanto os dispositivos de controle da visibilidade representados pelos mecanismos de vigilância estão imbuídos de relações de poder. Se na sociedade espetacular o olho era obrigado, pelo poder, a ser vítima passiva do suplício e comungar com a dor enquanto elo na cadeia supliciante, na disciplina panóptica o olho é trazido à função de agente constitutivo, integrante principal do jogo do poder. Isso fica claro quando observamos a obra de Paglen sobre os satélites governamentais: o olho aí é o sujeito que opera a dominação pela visão, retirando-se de qualquer possibilidade de se tornar passivo. No entanto, tal impossibilidade de ser a vítima é, como vimos, não totalmente verdadeira. Pois ao fazer ver as máquinas e seus olhos “invisíveis”, Paglen inverte o Panóptico e o faz padecer de seu próprio mal: *ser visto sem saber quem o vê*.

Referências

- BENJAMIN, W. **Estética e Sociologia da Arte**. Edição e Tradução de João Barreto. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2017.
- BRUNO, F. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2013
- FOUCAULT, M. **A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972-1973)**. Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo, SP: Editora WMF Martins Fontes, 2015.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: arqueologia das ciências humanas**. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2016.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- FORNACCIARI, I. **Foucault et les Images: Pratiques de l'image et visibilité entre analyse archéologique et irréductibilité critique**. Université Paris 8 Vincennes-Saint-Denis, Paris: 2017.
- PAGLEN, T. **Invisible Images (Your Pictures Are Looking at You)**. The New Inquiry, 8 de dezembro de 2016. Disponível em <<https://thenewinquiry.com/invisible-images-your-pictures-are-looking-at-you/>> Acesso em 30/06/2019.
- RAJCHMAN, J. **Foucault's Art of Seeing**. *October: Massachusetts*, v. 44, p. 89-117, 1988.

Recebido em: 01/02/23
Aprovado em: 28/06/23